



Câmara Municipal de Ecoporanga

Estado do Espírito Santo
Comissão de Meio Ambiente

Página 1 de 4

Parecer da Comissão de N.º 002/2025 PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N.º 014/2025

Proíbe a utilização, queima, soltura e comercialização de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos que emitam estampidos.

Autor: Vereador Eliton Ribeiro Caldeira/Republicanos.

Origem: Legislativo.

Relator: Izaias Ramos Neto/PSB.

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Legislativo (PL) nº 014/2025, que dispõe sobre a proibição de artefatos pirotécnicos ruidosos no âmbito municipal, foi submetido a esta Comissão após avaliação de sua constitucionalidade e legalidade pela Comissão de Justiça e Redação Final.

O Projeto de Lei foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente em discussão única, em 06 de outubro de 2025, sem emendas ou considerações aditivas por parte dos membros.

A propositura emana da competência municipal suplementar para legislar sobre proteção ao meio ambiente e saúde pública, conforme o Art. 24, incisos VI e XII, e Art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal de 1988. O PL em tela está em consonância com a tendência legislativa observada em outras esferas federativas, notadamente com a Lei Estadual nº 11.703, de 01 de dezembro de 2022 (Estado do Espírito Santo), que veda a fabricação, comercialização, manuseio e uso de fogos de estampidos e artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso em seu território.

Lei Estadual nº 11.703, de 01 de dezembro de 2022

Art. 1º Fica proibida a fabricação, a comercialização, o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos e de artifícios, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso em todo o território do Estado do Espírito Santo. Parágrafo único. Excetuam-se da regra prevista no caput deste artigo os fogos de vista, assim denominados aqueles que produzem efeitos visuais sem estampido, assim como os similares que acarretam barulho de baixa intensidade.





Câmara Municipal de Ecoporanga

Estado do Espírito Santo
Comissão de Meio Ambiente

Página 2 de 4

Art. 2º A proibição a que se refere esta Lei estende-se a todo o Estado, em recintos fechados ou abertos, em áreas públicas e em locais privados.

Art. 3º O descumprimento ao disposto nesta Lei acarretará ao infrator a imposição de multa fixada entre 200 (duzentos) e 3.000 (três mil) Valores de Referência do Tesouro Estadual - VRTEs. § 1º O valor será dobrado na primeira reincidência e quadruplicado a partir da segunda, entendendo-se como reincidência o cometimento da mesma infração num período inferior a 30 (trinta) dias. § 2º A multa de que trata o caput deste artigo será atualizada anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção desse índice, será adotado outro a ser criado por legislação federal que reflita e reponha o poder aquisitivo da moeda.

Destaco, ainda, as referências contidas no código legal de nossa Federação e o entendimento de nossa Corte Suprema sobre o tema:

Projeto de Lei nº 1.402/2019 (Lei do Silêncio):

O projeto esta em tramitação e altera a legislação vigente, acrescentando as regulamentações ambientais e penas regulamentadas a produção de forma intencional de Ruídos e sons.

Art. 59-A Perturbar a qualidade ambiental em razão da produção de sons, ruídos ou vibrações em desacordo com as prescrições legais ou regulamentares, ou desrespeitando as normas sobre emissão e imissão de ruídos e vibrações resultantes de quaisquer atividades.

Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF):

O Supremo Tribunal Federal já consolidou o entendimento sobre a constitucionalidade de leis municipais que proíbem o manuseio e a soltura de fogos de artifício ruidosos, por entender que tal medida visa tutelar o bem-estar animal e a saúde de parcelas da população com hipersensibilidade auditiva, como as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), configurando exercício legítimo da competência local para assuntos de interesse público.

A regulamentação proposta pelo PL nº 014/2025 é de caráter modernizador para o município, pois, somada ao certame proposto no Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 1/2025, preenche uma lacuna legal local com vistas à proteção do interesse público primário. O impacto negativo dos artefatos ruidosos sobre a saúde e o bem-estar de animais domésticos e silvestres, bem como de indivíduos





Câmara Municipal de Ecoporanga

Estado do Espírito Santo
Comissão de Meio Ambiente

Página 3 de 4

com hipersensibilidade sensorial (em particular, o público com TEA), justifica a intervenção legislativa municipal, fortalecendo o Código Legal e estabelecendo diretrizes claras para a fiscalização e a aplicação das sanções administrativas cabíveis aos infratores.

II – AVALIAÇÃO DA COMISSÃO

Reunidos na sala de comissões, e CONSIDERANDO o Projeto de Lei do Legislativo (PL) nº 014/2025 e sua finalidade, que é regulamentar e atualizar o Código Legal deste município, bem como apontar à Gestão Pública os caminhos para a regulamentação quanto à fiscalização e à punição para os infratores, definimos por unanimidade pela aprovação do projeto.

II – VOTO DO RELATOR

Em face da análise conclusiva da Comissão e da robusta fundamentação legal que ampara o exercício da competência municipal, o presente projeto é julgado juridicamente viável. A proposta representa um avanço na legislação local em matéria de proteção à saúde e ao bem-estar animal e humano.

Pelo exposto, o voto é pela APROVAÇÃO integral do Projeto de Lei do Legislativo (PL) nº 014/2025.

Não havendo nada mais a tratar.

Sala das Comissões, 06 de outubro de 2025.


Izaias Ramos Neto

Vereador 18ª Legislatura – 2025-2028
Relator da Comissão


Eliton Ribeiro Caldeira

Vereador 18ª Legislatura – 2025-2028
Presidente da Comissão


Edson Pereira dos Santos

Vereador 18ª Legislatura – 2025-2028
Secretário da Comissão

